

EDITORIAL

AS CELEBRAÇÕES DOS 30 ANOS DO PLANO REAL

Lauro Mattei¹

O mês de julho de 2024 foi marcado por diversas celebrações dos trinta anos de implantação do Plano Real. Uma das celebrações mais relevantes ocorreu na Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC), momento em que se reuniram os principais responsáveis pela elaboração do plano (Pedro Malan, Edmar Bacha, Pêrsio Arida, Gustavo Franco e Armínio Fraga). Também participou do evento Marcílio M. Moreira, que foi ministro da fazenda em substituição ao FHC, que se lançou candidato à presidente do país em agosto de 1994 surfando na onda positiva do plano junto à sociedade.

Chamou a atenção a ausência na referida celebração de André Lara Resende (ALR). As explicações para tal ausência dada pelos organizadores podem ter sido compreendidas pelo público em geral. Todavia, aqueles que acompanharam os debates recentes sabem as verdadeiras razões da ausência de ALR. No capítulo final dessa edição especial da Revista NECAT, encontra-se um posicionamento público recente de ALR, momento em que ele se contrapõe ao “movimento festivo” de alguns de seus antigos colegas. Logo retomaremos esse ponto.

Ainda sobre o encontro que ocorreu na Fundação FHC é importante registrar que a maioria das falas dos presentes procurou enaltecer o que deu certo com o Plano Real (o controle do processo inflacionário). Porém, quando se observa os demais objetivos do plano de estabilização econômica (promover o aumento do crescimento econômico, melhorar a distribuição de renda, combater a fome e reduzir as desigualdades sociais), nota-se que a maioria dos convidados preferiu sair pela tangente.

Vejamos algumas das principais manifestações proferidas pelos autores do Plano Real: somente os países com economias mais abertas é que conseguiram impulsionar o crescimento econômico; apenas os países com Estados mais eficientes conseguiram expandir o crescimento econômico; somente aqueles países com renda média melhor

¹ Professor titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

conseguiram sair da armadilha da renda média; é muito difícil fazer reformas no Brasil, etc.

Destaca-se que o posicionamento recente de ALR vai numa direção muito distinta, merecendo ser sistematizado e analisado. Em artigo intitulado “O sequestro da Imaginação”, publicado no Jornal O Valor em 06.08.2024, ele assim se manifesta: “o Real foi uma grande conquista, mas a esperança de que o fim da inflação, como diz o documento de base para a Exposição de Motivo do real, pudesse por si só melhorar a distribuição de renda, combater a fome, permitir o crescimento econômico e criar empregos não se confirmou. A inflação foi vencida, mas os dois Brasis, tristemente persistem”.

E ALR continua: “Talvez seja justamente esta frustração, essa esperança não realizada, que, hoje, três décadas depois, explique o festival de comemorações e de reinterpretações do Plano Real. Comemora-se o fim da inflação para não ser obrigado a refletir sobre as frustrações do passado recente e os desafios do presente”.

Por fim ALR arremata: “procurou-se vincular o sucesso do Real a uma agenda macroeconômica conservadora convencional e associar a volta da inflação descontrolada a qualquer desvio em relação ao roteiro do conservadorismo ortodoxo, do fiscalismo de austeridade. Um plano de estabilização, que partiu de uma ideia inovadora para vencer uma característica da inflação crônica, nunca entendida pela teoria convencional, foi agora reinterpretado como uma camisa de força em defesa da ortodoxia macroeconômica”.

E conclui: “a combinação do pacto tecnocrático com o presidencialismo de coalisão, que manteve o país no atoleiro da mediocridade por três décadas, agora dá sinais de ter chegado ao limite. Enquanto a tecnocracia fiscalista insiste no aumento da carga tributária, o Banco Central insiste na manutenção de juros extraordinariamente altos, juros supostamente exigidos para financiar o déficit primário, mas cujo resultado é o aumento do déficit nominal e a redução do crescimento da economia, uma vez que a alta dos juros aumenta a dívida e reduz o crescimento da economia. Reforça-se, assim, o coro da ortodoxia financeira/fiscalista em relação ao um suposto risco Fiscal”.

Diante dessas distintas visões, a equipe editorial resolveu organizar um número especial sobre as celebrações dos trinta anos do Plano Real. Portanto, esse é o número 26, relativo ao segundo semestre de 2024. O primeiro artigo, intitulado Plano Real e

relevância do contexto externo e de autoria do professor Maurício Andrade Weiss, discute inicialmente o processo inflacionário que afetou o país nas décadas de 1980 e 1990, enfatizando que as causas de tal processo são diversas e não estão desconectadas das altas nas taxas de juros praticadas nos países do primeiro mundo, fato que ocasionou a crise da dívida externa, especialmente nos países da América Latina. Esse contexto externo merece ser considerado, tanto nas análises de processos inflacionários como nas posteriores implementações de políticas e programas para seu combate, como foi o caso do Plano Real. Para tanto, o autor destaca que as estratégias de política econômica definidas pelo referido programa ampliaram a vulnerabilidade externa do país e ocasionaram, inclusive, a crise cambial de 1998/99. Tal evento colocou a necessidade de mudança de regime macroeconômico a partir de então.

O segundo artigo, intitulado Plano Real: os primeiros 30 anos sob o enfoque do mercado de trabalho e ocupacional e de autoria de Leandro Horie, debate aspectos relevantes do referido plano econômico, o qual vem se tornando no programa econômico de maior perenidade da história brasileira recente. Para tanto, são discutidos os principais aspectos e condicionantes, uma vez que os mesmos determinaram – e ainda determinam – sua trajetória e seus impactos, com atenção especial sobre o comportamento do mercado de trabalho. Por fim, o autor apresenta alguns dos principais desafios macroeconômicos a serem enfrentados pelo programa de estabilização monetária.

O terceiro artigo, intitulado Plano Real, neoliberalismo e transformação estrutural e de autoria de Rubens R. Sawaya, destaca que, embora o programa tenha sido bem-sucedido para combater a inflação inercial, ele provocou uma crise na balança comercial e promoveu a desindustrialização, fatos que contribuíram para colocar o país novamente numa condição de economia primária exportadora. Em termos de legado, o autor destaca o conjunto de reformas institucionais que alteraram a estrutura econômica do país, porém sem modificar estruturalmente as condições para se ampliar o crescimento e promover o desenvolvimento da nação.

O quarto artigo, intitulado indústria de manufatura e Plano Real: uma análise do processo de desindustrialização e de autoria de Cássio da Silva Brum, Luiza Agnes Acosta, Aline Beatriz Schuh e Daniel Arruda Coronel, destaca que o plano foi uma medida eficaz após uma série de iniciativas malsucedidas para conter o processo inflacionário, cuja marca era a chamada inflação inercial. A partir da estabilização dos

preços relativos, via a introdução de uma nova moeda, chegou-se ao controle da inflação. Tendo isso em consideração, os autores analisam o comportamento da indústria de manufatura brasileira no período pós-Plano com o objetivo de verificar se a estabilidade macroeconômica influenciou o processo de desindustrialização do país. Como resultado geral, os autores informam que as altas taxas de juros praticadas no país parecem ter sido um fator crucial para conformar o atual processo de desindustrialização precoce, especialmente no período pós-Plano Real.

O quinto artigo, intitulado Plano real 30 anos: da tragédia da inflação à armadilha das taxas de juros e de autoria de Lauro Mattei, analisou criticamente os 30 anos do Plano Real à luz do contexto econômico do país à época do lançamento do programa e das principais políticas adotadas. Para tanto, foram consideradas as distintas fase de implementação do programa de estabilização macroeconômica do país, concluindo-se que, apesar do Plano Real estancar o processo inflacionário, ele não melhorou o problema do crescimento econômico do país e nem mesmo superou as imensas desigualdades sociais que se perpetuam na sociedade brasileira.



Destacamos que a Revista NECAT vem contribuindo para promover e disseminar o conhecimento sobre os mais distintos temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e do estado catarinense. Nesta edição contamos com as contribuições de um conjunto de autores que se debruçaram a analisar os últimos trinta anos sob a ótica do papel desempenhado pelo programa de estabilização monetária instituído em julho de 1994.